

PSICOLOGIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Conceição Nogueira*

As questões de género como hoje são faladas e assumidas foram construídas pelos discursos das ciências. A psicologia não foi excepção) para tal tendo contribuído diferentes programas de pesquisa, alguns bem distintos entre si.

Pretende-se com esta comunicação apresentar a evolução do discurso sobre o género na psicologia, sob uma óptica feminista crítica, e não como decorrente de um domínio de investigação intitulado de "estudo das mulheres".

O facto de na psicologia ter sido criada a nível da American Psychological Society a divisão de "estudos das mulheres", pretendendo dar resposta a um número crescente de investigadores que se preocupavam com esta problemática, propiciou ao mesmo tempo o evitamento total face à palavra "feminismo" (Wilkinson, 1997). Esta divisão de "estudos sobre as mulheres" perfeitamente integrada no espírito tradicional da perspectiva dominante em psicologia, sugeria mesmo a não politização da investigação, à luz dos princípios positivistas da objectividade, neutralidade e impessoalidade. Assim, muito dos trabalhos inseridos nessa divisão acabam por não desafiar nem

* Departamento de Psicologia da Universidade do Minho

as instituições existentes nem as práticas da própria Psicologia, nem as concepções dominantes de "mulher", que a própria disciplina construiu e promoveu.

Por este motivo muitas das investigadoras que se intitulam de psicólogas feministas afastam-se e diferenciam-se das práticas associadas ao "estudo das mulheres". O termo feminista é usado precisamente para sublinhar os aspectos políticos e críticos associados de forma clara ao seu trabalho. Deste modo as psicólogas feministas desafiam a Psicologia tradicional, pelas suas teorias, e pela sua atitude de negação face às relações de poder, centrais na vida social e nas relações de género em particular.

Este grupo desafia o poder masculino dentro da Psicologia, sugerindo que as teorias psicológicas frequentemente excluem as mulheres ou distorcem a sua experiência assimilando-as às dos homens, aos estereótipos dos homens ou "vendendo" as mulheres como categoria unitária sendo apenas comparável à categoria unitária de homem. A Psicologia feminista também desafia os confins da própria disciplina, colocando em evidência o poder que esta tem para modelar a compreensão acerca do dia a dia e para produzir efeitos reais e materiais no mundo.

Assumindo esta perspectiva pode-se admitir que a própria psicologia como ciência está profundamente implicada no controlo sobre as mulheres, já que é usada frequentemente para justificar e perpetuar as práticas opressivas. Esta situação foi e tem sido possível ser mantida devido ao carácter inerentemente positivista predominante na disciplina que, apesar de altamente criticado no presente, é ainda dominante.

Conforme refere Tomas Ibáñez (1996) a adesão da psicologia ao mito da objectividade colocou-a, enquanto ciência, no papel de simples cronista da realidade, desvinculando-a de toda a responsabilidade e de todo o compromisso. Acreditando na existência de uma realidade face à qual podem existir modos privilegiados de acesso, a psicologia acabou por aderir a uma ideologia que confere à razão

científica um estatuto ahistórico, afirmando-se como uma potente retórica da verdade.

O objectivo central desta comunicação é precisamente mostrar como essa "potente retórica da verdade" foi construindo a "verdade" sobre o género até ao presente.

Para tal é importante referir as perspectivas de diferentes autoras sobre as diferentes fases nesta construção.

Passaram cerca de 30 anos desde que as cientistas sociais feministas identificaram o género como uma dimensão de análise importante (Howard, & Hollander, 1997; Wilkinson, 1997), e por essa razão a produção científica sobre esta problemática tem crescido substancialmente.

O compromisso básico de todas as feministas de diferentes domínios do conhecimento tem sido o permanente ultrapassar dos estereótipos de género tentando erradicar os enviesamentos que prejudicam as mulheres na sociedade (Sara Davis & Mary Gergen, 1997). No entanto, os caminhos escolhidos para o alcance dessa meta não foram, nem são ainda sempre os mesmos, podendo encontrar-se psicólogas feministas em diferentes posturas teóricas e inclusive em diferentes posicionamentos epistemológicos.

Seguindo a perspectiva da filósofa feminista Sandra Harding (1986), podemos descrever três tipos de posturas no domínio do estudo do género na Psicologia: a perspectiva empiricista, a de "stand-point" feminista e a pós-moderna.

No paradigma tradicional, ainda predominante na Psicologia, na designada postura empiricista, as cientistas identificam o sexismo e o androcentrismo como enviesamentos sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica. Partem por isso para o estudo dos acontecimentos recolhendo dados de formas que acreditam fiáveis e válidas, relatando os resultados de forma que consideram objectiva.

Nesta perspectiva podemos inserir duas das abordagens apresentadas por Howard e Hollander (1997) relativamente ao desenvolvi-

mento histórico da teorização científica social acerca do género, que são o óbvio reflexo dos climas histórico sociais e políticos nos quais emergiram. São elas a abordagem essencialista e a abordagem de ênfase na socialização.

A primeira (abordagem essencialista), prevalecente entre os psicólogos, na primeira metade do século XX, sugere a existência de diferenças inatas e estáveis entre os sexos, conceptualizando o género (ou sexo que nesta abordagem surge como praticamente equivalente) como sendo uma propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, tendo um carácter eminentemente determinista.

A segunda (da socialização), que dominou a psicologia social durante os anos 60 e 70, move o foco de atenção relativo ao género da biologia para a socialização. O género passa a ser concebido, não como inato, antes o resultado de forças sociais e culturais, aprendido através dos processos de modelagem e imitação (Bandura, 1977). As crianças aprendendo a internalizar prescrições no sentido daquilo que é considerado apropriado para o ser masculino ou feminino de acordo com as normas da sociedade, formam personalidades genderizadas e padrões de comportamento genderizados. Depois de formada a personalidade esta é concebida como característica individual estável e inerente aos indivíduos. Assim, a masculinidade e a feminilidade passam a ser características socialmente aprendidas através do desenvolvimento cognitivo e emocional. No auge desta perspectiva e em meados dos anos 60 o conceito de androginia introduzido por Sandra Bem é bem exemplo da popularidade desta abordagem. Tendo como premissa que as pessoas podem possuir (porque aprenderam precocemente) características consideradas femininas ou masculinas, à sua disposição que podem utilizar em diferentes contextos e circunstâncias, apresentava-se como a possibilidade de se atingir o estado ideal (Bem, 1974). Posteriormente, por volta dos anos 70, a teoria do papel social de Alice Eagly introduz também a ideia das diferenças sexuais como resultado dos papéis sociais que regulam o comportamento das pessoas na vida adulta e que

são aprendidos pelas crianças através de processos de socialização. Na medida em que homens e mulheres não estão proporcionalmente representados em papéis sociais específicos, acabam por adquirir diferentes competências, que por sua vez afectam o seu comportamento social (Alice Eagly, 1987). Apenas uma mudança na divisão do trabalho, poderia conduzir a uma mudança substancial no conteúdo dos papéis de género.

Apesar da perspectiva centrada na socialização permitir explicar diferenças de comportamentos de género em função de diferentes grupos e de enfatizar a possibilidade de mudança, se assim for o desejo da sociedade e dos seus membros, o que implica uma perspectiva distinta da anterior essencialista que sugeria uma imutabilidade associada ao género, não foi isenta de críticas, sendo neste momento, muito menos importante na psicologia.

As críticas mais importantes relativas a esta abordagem dizem respeito ao facto do género, concebido como operando ao nível individual e de personalidade, acabar por estar ao serviço de um controlo social geral. Isto é, através da socialização rapazes e raparigas aprendem a comportar-se de modos que, na vida adulta mantêm a ordem social estabelecida. A própria concepção de androginia, de forma paradoxal, acabou por se tornar desapropriada para as perspectivas feministas (Amâncio, 1994). A questão principal residia no facto deste modelo continuar a reconhecer os conceitos convencionais de feminilidade e masculinidade, retendo o dualismo clássico e a afirmação de diferenças de género ditas de "reais", isto é, a existência de entidades reais e internas do ponto de vista psicológico (Morawski, 1990), muito próximo da ideia de "naturais", característica das abordagens essencialistas. Esta tendência acabou por caracterizar a perspectiva da socialização de uma forma geral (Howard & Hollander, 1997).

Outra das críticas aponta para o seu carácter prescritivo. Os estereótipos de género, implicam prescrições, que se manifestam nos papéis de género - prescrições para dois conjuntos de comportamen-

tos e características que se acredita serem mais apropriados para mulheres e outros para homens.

O género em termos de socialização é tratado, desta forma, não como reflexo de fontes estruturais de desigualdade, mas, pelo contrário, como uma explicação com direito próprio. As fontes da própria socialização recebem pouca atenção (Howard & Hollander, 1997), e o sistema social das relações de género continua sem ser questionado (Amâncio, 1992).

Em conclusão, as abordagens da socialização face ao género trouxeram novas visões mas também implicaram outros e os mesmos problemas. Esta abordagem enfatiza que o género é aprendido e não inato mas continua a definir género em termos de diferença dicotómica. Desta forma a distinção entre inato e aprendido acaba, em certa medida, por ser meramente semântica já que a socialização de género é conceptualizada como sendo profundamente localizada e persistente ao longo do ciclo de vida. Assim, em termos práticos, o género continua a ser visto como interno e imutável. Por esta razão Janis Bohan (1997) designa por essencialistas ambas as abordagens, considerando como asserção básica da perspectiva essencialista a ideia do género como característica permanente e estável dos indivíduos.

Uma alternativa importante à abordagem empiricista é identificada como "feminist standpoint position" (Harding, 1986). Esta posição enfatiza o aumento do conhecimento como uma actividade pessoal onde pesquisador e sujeito estão em interacção contínua, sendo indissociáveis das suas próprias experiências. Esta perspectiva distancia-se da ênfase de procura de objectividade e neutralidade característica da abordagem empiricista (Haraway, 1988). Centralizam os estudos nas próprias mulheres, produzindo conhecimento que consideram verdadeiramente feminino porque exclusivamente centrado nas experiências particulares das próprias mulheres (Rose, 1986). Nos Estados Unidos, e posteriormente bem divulgado, o trabalho de Carol Gilligan é o expoente máximo característico desta posição. No seu livro clás-

sico "In a different Voice" (1982), enfatiza a capacidade das mulheres de falarem sobre as suas próprias experiências, apresentando uma teoria alternativa do desenvolvimento moral tendo em conta essas mesmas perspectivas. Muitas psicólogas aderentes desta perspectiva ao estudarem as experiências individuais como uma forma de enriquecer a Psicologia das mulheres, indirectamente pretendiam desafiar a validade tradicional dos métodos científicos. No entanto, ao rejeitarem a negatividade associada aos estereótipos sobre as mulheres, estas cientistas frequentemente acabaram por celebrar a natureza especial das mulheres, acabando, por isso, por enfatizar mais do que negar importantes diferenças entre os sexos (Hartssock, 1990).

Antes de se apresentar a terceira abordagem no estudo do género que Sandra Harding (1986) designa por pós-moderna e que na psicologia é protagonizada pelo construcionismo social (análise do discurso ou mesmo psicologia crítica em função de diferentes nuances dentro de mesma postura epistemológica), é importante discutir de que modo as críticas a uma postura direccionada para as diferenças sexuais permitiu, juntamente com as posturas críticas ao paradigma positivista característico da ciência moderna, que fosse possível equacionar no presente a terceira e mais actual das abordagens.

Sejam as diferenças entre os sexos ou géneros atribuídas a determinantes biológicos ou sociais, o que é facto é que o estudo empírico das diferenças sexuais datando da primeira parte do século continua a merecer a atenção de muitas destas psicólogas feministas frequentemente objectando as práticas científicas dos seus pares. Relativamente às diferenças sexuais várias autoras argumentam que esta pesquisa tem produzido poucos resultados e pouco significativos (Morawski, 1994, cit por Davis & Gergen, 1997). O maior trabalho crítico sobre este grande domínio de pesquisa refere-se aos resultados do estudo de Maccoby e Jacklin de 1974 relativo à análise de cerca de 1400 trabalhos sobre diferenças sexuais. Nas suas conclusões referem poucas diferenças bem documentadas, parecendo haver mais evidência de semelhanças que diferenças entre os sexos. Posterior-

mente, mesmo recorrendo a métodos quantitativos mais sofisticados (metanálises), as conclusões continuaram a mostrar-se confusas e ambivalentes (Eagly & Crowley, 1986; Eagly & Steffan, 1986; Hyde, 1984; Hyde & Linn, 1988; Hyde, Fennema & Lamon, 1990).

Apesar da existência de numerosos trabalhos que afirmam a inexistência de diferenças sexuais (Crawford, 1995), grande número de pessoas continuam a acreditar em distintos posicionamentos de homens e mulheres face à vida, atitudes relacionadas com o trabalho ou com a família, motivações, comportamentos e traços de personalidade. Os traços como independência, agressividade e dominância continuam a ser associados a homens, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres (Powell, 1993). As diferenças são concebidas como "situando-se" dentro dos indivíduos. A ciência e os meios de comunicação social construíram uma narrativa poderosa: que o género é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial. Ao absorver estas mensagens, os sexos "tornam-se" opostos para o nosso entendimento (Crawford, 1995).

A questão de saber se se deve continuar a pesquisar as diferenças sexuais tem dado origem a um considerável debate (Kitzinger, 1994) entre diferentes orientações teóricas feministas. No entanto para Hare-Mustin e Marecek (1990b) qualquer das orientações incorre em erros, que implicam custos, quer para a teoria feminista, quer para a prática feminista. Por essa razão Kitzinger (1994) questiona se será apropriado fazer da preocupação com as diferenças sexuais e com as semelhanças um conceito organizador central para a psicologia feminista.

Relativamente a esta questão existem dois tipos de respostas adoptadas por psicólogas feministas. Autoras como Hyde (1994), Eagly (1994) e Halpern (1994) argumentam a favor da continuação da pesquisa sobre diferenças sexuais, embora discordem entre si quanto à importância, por exemplo, dos factores biológicos na explicação das diferenças, enquanto Kitzinger (1994), Hare-Mustin e Marecek (1994b), Hollway (1994) e Crawford (1995) não acreditam que as

diferenças sexuais tenham qualquer tipo de "existência", e por isso não devam sequer ser equacionadas.

Do ponto de vista daquelas que advogam a continuação da pesquisa sobre as diferenças sexuais, Hyde (1994) refere que como os psicólogos continuarão a pesquisar as diferenças de género, os meios de comunicação continuarão a publicar e a dar grande ênfase a esse resultados e o público em geral continuará a ficar fascinado e influenciado por esses "relatórios", seria insensato para as psicólogas feministas abandonar a área, perdendo desse modo poder para a influenciar. Na sua perspectiva, o importante será instituir linhas de pesquisa não-sexista, para o estudo das diferenças de género.

A possibilidade dos dados científicos poderem oferecer correcções quer para os dogmas feministas, quer para os anti-feministas, representa para Eagly (1994) uma boa razão para a sua continuação. Sugere que todos os investigadores apresentem resultados de diferenças sexuais de forma aberta. Esta estratégia rotinizaria as diferenças sexuais tornando os relatórios redundantes e, por isso, sem interesse. Para esta autora, o mais importante na pesquisa sobre as diferenças sexuais não é situá-las num *continuum* de magnitude, mas sim a sua interpretação, isto é, a interpretação que todos os investigadores fornecem para as diferenças e para as semelhanças. E, como essas interpretações dos cientistas são as que alastram ao público em geral, elas vão afectar o comportamento das pessoas no seu dia-a-dia e também na vida política pública. Assim, e por estas razões, as feministas devem estar atentas, serem activas para poderem competir em termos teóricos nos debates e nas interpretações.

O desaparecimento dos mitos e dos estereótipos acerca das mulheres é referido por Halpern (1994) para justificar a continuação da pesquisa sobre diferenças sexuais. Esta autora refere que uma perspectiva feminista na pesquisa sobre as diferenças sexuais é crucial para propôr novos modelos e paradigmas para o estudo da psicologia das mulheres. Para ela, esses modelos e paradigmas reconhecem os efeitos recíprocos e interactivos da psicologia, da sociologia

e dos factores biológicos - um modelo no qual a influência dos factores ambientais na biologia e a maneira como as variáveis biológicas influenciam os factores ambientais funcionam de forma conjunta, e com outras variáveis para criar as diferenças relacionadas com o sexo ou as semelhanças. A resposta à questão das diferenças sexuais não deve ser do tipo simplista; pelo contrário, deve procurar respostas que permitam a influência de múltiplos determinantes. Parece existir, para esta autora, uma ampla evidência dos efeitos mútuos de variáveis biológicas e ambientais e, por isso, deve-se lutar contra aquilo que considera ser o abuso de quem rejeita dados e corpos substanciais de pesquisa apenas porque existem factores biológicos envolvidos em algumas diferenças. Sugere a existência de um feminismo mais flexível, tolerante e inclusivo que promova o debate e encoraje uma análise cuidada e aberta de toda a evidência pertinente para estas questões, sob pena de se ficar apenas com os estereótipos e o *status quo*.

As autoras (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1994; Hollway, 1994; Kitzinger, 1994) que não equacionam a continuação do estudo das diferenças sexuais, consideram que a esperança nas "verdades" que as outras autoras esperam alcançar, representa apenas uma crença ingênua sobre uma concepção de ciência que possa oferecer instrumentos poderosos para examinar as relações entre variáveis e validações de teorias. Estas autoras, pelo contrário, acreditam que as diferenças sexuais não têm existência "real" fora de um domínio particular de conhecimento, e referem que a ciência em vez de proporcionar recursos neutros e objectivos para "descobrir" as "naturezas" fundamentais de homem e mulher, é acima de tudo uma instituição social atravessada por relações de poder. Por estas razões estas autoras respondem "NÃO" à questão de saber se a pesquisa sobre as diferenças sexuais se deveria manter. Questionar quão básicas são as diferenças de género, implica questionar quão básicas alguém deseja que elas sejam (Di Stefano, 1990); isto é, dependendo do ponto de partida epistemológico do pesquisador, assim deter-

minadas questões se apresentam como necessárias, urgentes, pertinentes ou interessantes (Unger, 1990).

Crawford (1995) sugere que as questões a colocar são radicalmente outras, tais como: qual o contexto social e político da pesquisa sobre as diferenças sexuais? que funções são asseguradas pelas abordagens das diferenças sexuais? que questões ficam por colocar devido à excessiva preocupação dos psicólogos com as diferenças sexuais?

Se, conforme referem Hare-Mustin & Marecek (1990c) quem sugere questionar uma pergunta errada não necessita preocupar-se com as respostas, será mais pertinente colocar outras questões e procurar outras respostas.

Decorrente destas críticas e de diferentes posicionamentos face a este vasto programa psicológico acerca das diferenças sexuais, algumas psicólogas feministas consideram a possibilidade de uma terceira perspectiva considerado como pós-moderna por Sandra Harding (1986). Esta terceira abordagem vai mais longe no que diz respeito ao desafio aos pressupostos do empiricismo e das teorias de posição tipo "standpoint", recusando a possibilidade de discursos universalizantes e generalizáveis acerca da mulher ou de todas as mulheres. Discute-se agora a existência de identidades essencializadoras e focaliza-se a atenção na construção social das categorias que são usadas para analisar e compreender o mundo social. Na Psicologia este desafio do conhecimento como socialmente construído consubstancia-se na perspectiva do construcionismo social, na perspectiva da análise do discurso, ou da Psicologia Crítica, perspectivas que partilham entre si premissas semelhantes e se inserem num mesmo posicionamento epistemológico. Por isso, assume-se desde já que não existe uma completa concordância relativamente a quem é construcionista social, pós-estruturalista, pós-moderno, da Psicologia Crítica (Viven Burr, 1995). Apesar de se poder equacionar diferenças entre essas diferentes posturas, para este trabalho importa essencialmente referir o que todas partilham em comum, uma espécie de "parecença familiar"

(Burr, 1995) que representa para o estudo do género um enorme desafio.

Pode-se livremente classificar de construcionista social qualquer abordagem que tenha na base um, ou mais, dos pressupostos que Gergen (1994) considera como fundamentais para uma ciência construcionista social, tais como:

- Posição crítica face ao conhecimento fornecido como "verdade".
- Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente, são artefactos sociais, produtos de interrelações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural.
- Determinada descrição do mundo ou do self é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva, mas devido às vicissitudes do processo social.
- O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento.
- Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural.

Face as estes pressupostos podemos facilmente compreender as grandes distinções desta postura relativamente ao paradigma tradicional positivista da psicologia. É essencialmente o seu carácter anti-essencialista, anti-realista, a pressuposição da linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de acção social e o seu foco na interacção e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem mais tradicional (Burr, 1995; Davis & Gergen, 1997).

Esta posição questiona o critério de verdade assim como de factos objectivos. Todo o conhecimento é derivado da forma particular de cada indivíduo se acercar do mundo, assim como dos interesses particulares em jogo. Questionando os pressupostos do essencialismo,

a teoria construcionista social moveu o centro da atenção da pessoa para o domínio social. A psicologia nesta perspectiva torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que "encaixada" num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente.

A psicologia e a psicologia social não podem pretender descobrir a "verdade" da natureza das pessoas e da vida social, porque as suas explicações estão limitadas no tempo e na cultura; devem essencialmente chamar a atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as criam. Pressupondo que o mundo social e os indivíduos são o produto de um processo social, não pode haver nada pré-determinado do ponto de vista da natureza do mundo ou das pessoas. Não existem "essências" dentro das coisas ou das pessoas que as torne o que são. Esta ideia leva-nos directamente às implicações desta perspectiva para o estudo do género.

O construcionismo social está em desacordo com as noções usadas no quotidiano de que o sexo é uma forma importante e básica de distinção e diferenciação (Davis & Gergen, 1997; Gergen 1994). Muitas feministas argumentam que o sexo/género não deve ser teorizado como distinção, antes pelo contrário deve ser reconceptualizado como sendo apenas um princípio de organização social, estruturante das relações de poder entre os sexos (Wilkinson, 1997). Deste modo, conclui-se que a categoria sexual usada pelas pessoas para dar sentido às suas vidas deve ser analisada e compreendida como produto ideológico e não biológico (Kitzinger, 1987; Wilkinson, 1997). A feminilidade e as masculinidade são, nesta perspectiva, simples práticas ideológicas eficazes porque nos são transmitidas como sendo naturais e resultantes inevitáveis da biologia ou da experiência (Wetherell, 1997). O aparecimento de algo coerente que possa ser explicado como propriedade do indivíduo é precisamente o efeito

mais potente desse movimento ideológico, já que permite a atribuição de uma importância simbólica (excessiva) à diferenciação sexual, o que por sua vez reforça e mantém a ordem social vigente. Nesta perspectiva o género não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes de homem e mulher, pelo contrário desenvolve-se através de peças de discurso, organizadas num sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente acaba por ser marcado como respostas femininas e masculinas (Wetherell, 1997).

Como referem Howard e Hollander (1997) "através da interacção, negociamos interpretações particulares; isto é criamos significado. Através da linguagem, através da participação nos rituais da interacção social, através do nosso envolvimento activo com os símbolos e as realidades materiais da vida de todos os dias, nós literalmente criamos aquilo que reconhecemos como real. Um mínimo de compreensão das regras partilhadas e das realidades é necessário para sustentar a comunicação humana e a interacção e em última instância as sociedades" (p. 35). Deaux (1984) criticando as abordagens essencialistas (sejam de ordem biológica ou da socialização) sugere que a atenção deve ser dada mais às sequências interaccionais activas, isto é às escolhas que mulheres e homens fazem nos processos de interacção. Deste modo o género não é apenas algo que a sociedade impõe aos indivíduos; mulheres e homens eles próprios fazem o género e ao fazê-lo eles escolhem certas opções comportamentais e ignoram outras. Esta perspectiva desafia o carácter "natural" da diferença de género, sustentando que todas as características sociais significativas são activamente criadas, e não biologicamente inerentes, permanentemente socializadas ou estruturalmente predeterminadas. Como dizem Howard e Hollander (1997) por outras palavras o género é performativo, pode-se dizer "Fazer o Género". Isto é, comportar-se de maneira que seja qual for a situação, sejam quais forem os actores, o nosso comportamento é visto no contexto como apropriado ao género. "Claro que quer homens quer mulheres com-

portam-se muitas vezes de formas contraditórias relativamente às normas para o seu género, mas o que é importante é que o balanço das nossas acções seja percebido como conforme(...). Na medida em que a sociedade está organizada em termos daquilo que é compreendido como diferenças essenciais entre homens e mulheres, fazer o género torna-se assim inevitável" (p. 37).

Esta conceptualização construcionista social do género ajuda a reconciliar os resultados empíricos de que mulheres e homens são mais similares que diferentes na maioria dos traços e competências, com a percepção comum de que parecem comportar-se de forma diferente. Apesar de mulheres e homens poderem ter as mesmas competências, o facto de enfrentarem diferentes circunstâncias, constrangimentos e expectativas resulta que frequentemente tomam decisões distintas relativamente ao seu repertório de opções. Desta forma acabam por reafirmar os arranjos baseados nas categorias sexuais como sendo naturais, encarados como fundamentais e imutáveis, essenciais legitimando consequentemente a ordem social. Poder-se-ia então imaginar que a simples mudança na forma como homens e mulheres "fazem o género" poderia ser o caminho para a transformação. No entanto, apesar de algumas posições construcionistas sociais de origem americana centrarem o foco de atenção no contexto das interacções, e na perspectiva de agência individual, é importante ter em atenção que frequentemente os constrangimentos institucionais, a hierarquia social e as relações sociais de poder limitam o poder de acção dos indivíduos. As posições construcionistas sociais, da análise do discurso e da psicologia crítica focalizam mais a atenção na estrutura de poder e na localização dos actores sociais nas estruturas sociais particulares, daí que a mudança não pode ser encarada a nível individual.

Concluindo, este novo movimento (o construcionismo social) assim como aqueles que o apoiam proclamam uma nova abordagem ao conhecimento e à prática; focalizam-se essencialmente nos problemas das populações locais e criticam as pesquisas realizadas fora do con-

texto que se pretendem universais. Os seus apoiantes defendem uma transformação cultural que poderia permitir a emergência de novas realidades e novas formas de acção. O construcionismo social pretende substituir a pesquisa descontextualizada na psicologia da social pelo estudo de tudo o que é cultural, histórico, social e politicamente localizado. Numa perspectiva construcionista social é importante a desconstrução, a democratização e a reconstrução de novas realidades e práticas para a transformação cultural (Gergen, 1994).

Como refere Tomas Ibáñez (1996) é da responsabilidade dos psicólogos "eleger" o conhecimento que pretendemos produzir: um conhecimento com consequências autoritárias, alienadoras e normalizadoras que passe a fazer parte dos múltiplos dispositivos de dominação ou pelo contrário um conhecimento do tipo libertador, emancipador que traga para o centro de atenção a luta das pessoas contra a dominação.

Mas promover mudanças radicais não passa por retóricas, faz-se "fazendo práticas diferentes". Daí que todos as pessoas que trabalham no sentido da igualdade devem tentar práticas diferentes que sejam sempre reflexivas, procurando a cada momento analisar se as consequências de determinada acção são ou não libertadoras para as pessoas em jogo.

Esta perspectiva tem sido frequentemente criticada por alguns sectores feministas por não permitir uma orientação clara relativamente às políticas e ao activismo feminista. Não havendo um discurso unívoco pode ser difícil encontrar uma simples, única e universal política feminista. Este conflito na teoria e na acção, existe pelo facto de muitas vezes ter de se construir a identidade "mulher" nomeando a categoria, dando-lhe um significado político sólido e ao mesmo tempo desconstruir a categoria "mulher" dado o seu essencialismo consequente. No entanto, de um ponto de vista estratégico deve-se adoptar uma constante alternância de posições, o que implica que de um momento para o outro fazem-se negociações psicológicas sociais e políticas acerca de quão genderizado se escolhe ser. Esta estratégia implica

uma reflexividade contínua o que é distinto de uma qualquer paralisação de acção.

Um feminismo crítico inserido nestas novas abordagens construcionistas sociais assume que na ausência de garantias ontológicas, os valores e a política devem representar o princípio fundador da acção, o centro das análises (Gill, 1995). Se o que as feministas desejam não é a "verdade" mas a justiça, deve-se então adoptar um posicionamento pragmático, isto é assumir a categoria num momento para a desconstruir no seguinte, posicionamento esse construído sobre valores fundamentais, que nos permita tomar posições muitas vezes contraditórias ou ambíguas porque, conforme as circunstâncias e face ao valor da igualdade essas podem ser as práticas mais libertadoras.

Referências

- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-21.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bandura, Albert (1977). *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs. New York: Prentice Hall.
- Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 42, 155-162.
- Bohan, Janis (1997). Regarding gender. Essentialism, constructionism and feminist psychology. In Mary Gergen & Sara Davis (eds). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Burr, Vivien (1998). *Gender and social psychology*. London: Routledge.
- Crawford, M. (1995). *Talking Difference. On gender and language*. London: Sage.

- Davis, Sara & Gergen, Mary (1997). Toward a new psychology of gender. Opening conversations. In Mary Gergen & Sara Davis (eds). Toward a new psychology of gender. New York: Routledge.
- Deaux, K. (1984). From individual differences to social categories: Analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist* (39), 105-116.
- Di Stefano, C. (1990). Dilemmas of difference: feminism, modernity and postmodernism. In L. Nicholson (Ed) *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Eagley, A. H. & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100, 283-308.
- Eagly, A. H. & Steffan, V. J. (1986). Gender and aggressive behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100, 309-330.
- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. N.Y.: Erlbaum.
- Eagly, A. H. (1994). On comparing women and men. *Feminism and Psychology*, 4(4), 513-522.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships. Soundings in Social Construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, Mary M. & Davis, Sara, N (1997). Toward a new psychology of gender. New York: Routledge.
- Gill, R. (1995). Relativism, Reflexivity and Politics: interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice. Psychological theory and women's development*. Harvard: Harvard University Press.
- Halpern, D. F. (1994). Stereotypes, science, censorship and the study of sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4), 523-530.
- Haraway, D. (1990). "A manifesto for Cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980. In L.J. Nicholson (Ed.), *Feminism/postmodernism*. London: Routledge.
- Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990b). On making a difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990c). Beyond Difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin, R. & Marecek J. (1994). Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4), 531-537.
- Hartsock, N. (1990). Foucault on Power: a theory for women? In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Hollway, W. (1994). Beyond sex differences: a project for feminist psychology. *Feminism and Psychology*, 4(4), 538-546.
- Howard, Judith A. & Hollander, Jocelyn (1997). *Gendered situations, gendered selves*. London: Sage Publications.
- Hyde, J. S. & Linn, M. C. (1988). Gender differences in verbal ability: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 104, 53-69.
- Hyde, J. S. (1984). How large are gender differences in aggression? a developmental meta-analysis. *Developmental Psychology*, 20, 722-736.
- Hyde, J. S. (1994). Should psychologists study gender differences? Yes, with some guidelines. *Feminism and Psychology*, 4(4), 507-512.
- Hyde, J. S., Fennema, E. & Lamon S.J. (1990). Gender differences in mathematics performance: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 107, 139-155.
- Ibáñez, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, 4, 363-381.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1994). Sex differences: feminist perspectives. *Feminism and Psychology*, 4(4), 501-506.

- Maccoby E. E. & Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford CA: Stanford University Press.
- Morawski, J.G. (1990). Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Powell, G. N. (1993). *Women & Men in Management*. London: Sage.
- Rose, S. (1986). Gender at work: Sex, Class and industrial capitalism. *History Workshop Journal*, 21, 113-131.
- Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Wetherell, Margaret (1997). Linguistic repertoires and literary criticism: new directions for a social psychology of gender. In Mary Gergen & Sara Davis (eds). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Wilkinson S. (1997). Feminist Psychology. In. D. Fox & I. Prilleltensky (Eds). *Critical Psychology. An Introduction*. London: Sage.